

## O Interacionismo e os Estudos de Comunicação

*Rafael do Nascimento Grohmann<sup>1</sup>*

### Resumo

O artigo pretende mostrar, a partir dos estudos de Peter Berger, Thomas Luckmann, Anselm Strauss e Erving Goffman, a importância do interacionismo para o campo comunicacional. Após a apresentação da teoria social destes autores, são mostradas perspectivas e propostas para estudos em comunicação.

**Palavras-chave:** *Interacionismo; Comunicação; Construcionismo; Identidade*

Tornou-se “senso comum acadêmico” dizer que a realidade é construída socialmente. Entretanto, esse pensamento pertence à escola interacionista, e não pode se tornar objeto de maniqueísmos; trata-se do título da obra-manifesto de Peter Berger e Thomas Luckmann. O presente texto tem a pretensão de fazer uma reflexão a partir de obras da terceira geração de interacionistas, como Erving Goffman e Anselm Strauss, conhecidos como a geração da diáspora.

Primeiramente, discutiremos a obra principal de Peter Berger e Thomas Luckmann, fundamental para a compreensão do interacionismo; trata-se de um tratado teórico sobre sociologia do conhecimento. Para os autores, as categorias fundamentais de análise são “conhecimento” e “realidade”, com seu estudo motivado pela relatividade social. A história da sociologia do conhecimento é reconstruída, começando por Marx, e passando por Nietzsche e a “arte da desconfiança”. Entretanto, Berger e Luckmann excluíram da sociologia do conhecimento os problemas metodológicos e epistemológicos, distanciando-se de Scheler e seu método negativo e de Karl Manheim, pois pretendem enfatizar seu caráter teórico; em outras palavras, trata-se de teoria sociológica e não, propriamente, de metodologia sociológica, redefinindo, deste modo, a tarefa da sociologia do conhecimento, com grande influência da fenomenologia de Alfred Schutz.

Apesar disso, o pensamento teórico é somente uma parte da soma total do

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista PIBIC/CNPq/UFJF, orientado pelo Prof. Paulo Roberto Figueira Leal, da Faculdade de Comunicação da UFJF.

conhecimento produzido pela sociedade, e uma sociologia do conhecimento, enquanto disciplina, deve estudar o que é considerado conhecimento em uma sociedade; o conhecimento, inclusive, além de ser um produto social, é um dos fatores de transformação social. A sociologia do conhecimento, portanto, deve tratar da construção social da realidade.

A consciência é sempre intencional, e interessa aos autores estudar o caráter intencional comum de toda consciência. O mundo consiste em múltiplas realidades, e, entre estas, há a realidade por excelência: a realidade da vida cotidiana, que deve ser definida como algo ordenado, “organizada em torno do ‘aqui’ de meu corpo e do ‘agora’ do meu presente” (Berger; Luckmann, 1994: 39). O tempo, a temporalidade é uma característica intrínseca da consciência, “minha própria vida é um episódio na corrente do tempo externamente convencional” (idem: 45).

Ninguém vive a realidade social sozinho; ela é partilhada com o outro, com base na interação – conceito-chave na teoria interacionista, que logo abordaremos com mais detalhes; o homem é um produto social. Esta realidade é apreendida com diversos esquemas tipificadores, que revelam o modo como se lida com os encontros “face a face”; estas tipificações tornam-se cada vez mais anônimas, à medida que se afastam das situações face a face. As expressões “face a face” e “interação” são exemplos do quão importante a linguagem é para a sociedade, sendo considerado o mais importante o sistema de sinais; não se vive sem linguagem, que nos possibilita a objetivação da experiência em desenvolvimento, e também nos faz entrar em seus padrões, com seus efeitos coercitivos: “não posso usar as regras da sintaxe alemã quando falo inglês” (ibid.: 59).

O acervo social do conhecimento é outro ponto importante destacado, pois a participação nele permite a localização dos indivíduos na sociedade, saber seu “espaço social”. O conhecimento pragmático, ligado à rotina, ocupa lugar importante neste acervo social do conhecimento; “não quero saber os motivos de minha televisão funcionar ou a engenharia do meu computador pessoal”; quero apenas fazer uso deles. Do mesmo modo, há a distribuição social do conhecimento, pois os seus segredos não são contados para todas as pessoas que conhece; em um jantar de família, não se fala qual a importância de Michel Foucault para uma sociologia crítica do jornalismo, por exemplo. “Sei o que posso esconder de cada pessoa, a quem posso recorrer para pedir informações sobre aquilo que não conheço, e (...) quais os tipos de conhecimento que se supõe serem possuídos por determinados indivíduos”. (ibid.: 68). O conhecimento pode ser reafirmado diante de ações

simbólicas e objetos simbólicos, como auxílios mnemotécnicos, principalmente aqueles relacionados a instituições; há de ser ressaltado que o acervo do conhecimento social está atualizado em cada indivíduo.

A ação humana está sujeita ao hábito, e, como tal, pode levar à institucionalização, que acontece toda vez que “há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores” (ibid.: 79). Uma empresa qualquer, por exemplo, espera que seus problemas jurídicos sejam intermediados e resolvidos por um advogado, e não por um engenheiro civil. As instituições também têm uma história; é impossível tentar compreendê-las sem tentar entender sua história, sua origem. Estas atividades institucionais são atividades humanas objetivadas. Os mecanismos de controle e seus desenvolvimentos são imprescindíveis com esta historicização e objetivação das instituições sociais; a temática do controle nos permite aproximar a teoria interacionista da foucaultiana. “As crianças devem ‘aprender a comportar-se’ e, uma vez que tenham aprendido, precisam ser ‘mantidas na linha’” (ibid.: 89). A teoria dos papéis é também abordada nesta obra, já que “as instituições incorporam-se à experiência do indivíduo por meio dos papéis” (ibid.: 103), que se trata de tipos de atores em um contexto, com seu desempenho ligado à participação no mundo social. Com a interiorização destes papéis, há, para o indivíduo, um mundo subjetivamente real.

Toda conduta dentro de uma instituição se relaciona com um número de papéis, que representam a ordem institucional e a necessidade institucional de conduta. Tanto a ordem institucional como os papéis podem ser reificados. “Através da reificação, o mundo das instituições parece fundir-se com o mundo da natureza. Torna-se necessidade e destino” (ibid.: 125), portanto a aplicação da sociologia do conhecimento deve contribuir para a desreificação destas instituições.

O mundo social é formado por uma realidade objetiva e subjetiva, ao mesmo tempo; entretanto, o indivíduo não nasce socializado, e sim com predisposição à socialidade, logo, os conceitos de socialização primária e de socialização secundária são inescapáveis neste sentido. A interiorização é a base da compreensão de outros seres sociais, “não somente compreendo os processos subjetivos do outro, mas compreendo o mundo em que vive e esse mundo torna-se o meu próprio” (ibid.: 74). A socialização primária está ligada ao mundo da infância; a criança nasce em uma estrutura social objetiva e em um mundo social subjetivo. Assim,

a criança das classes inferiores não somente absorve uma perspectiva própria da classe inferior a respeito do mundo social, mas absorve esta percepção com a coloração particular que lhe é dada pelo seu país. (...). Como consequência, uma criança da classe inferior não somente irá habitar um mundo grandemente diferente do que é próprio da criança de uma classe superior, mas pode chegar a ter um mundo inteiramente diferente daquele da criança de classe inferior que mora na casa ao lado. (ibid.: 176).

Deste modo, há uma inovação em relação aos sociólogos que se atentavam mais às estruturas. Nesta socialização primária, a criança vai absorvendo os papéis e as atitudes que devem ser tomadas; ela os interioriza, tornando-os parte de seu mundo.

A socialização secundária trata da absorção e interiorização de papéis, submundos, principalmente baseados em instituições, como uma distribuição social do conhecimento específico, com a aquisição de vocabulário para funções, compreensões “táticas” e afetivas com relação a estes “submundos”; o treinamento é fundamental nesta etapa de socialização, e a “distribuição institucionalizada das tarefas entre a socialização primária e a secundária varia com a complexidade da distribuição social do conhecimento”. (ibid.: 195)

O conceito de identidade é fundamental para os interacionistas, assim como os de representação e interação. Para Berger e Luckmann, ela é um ponto-chave da realidade subjetiva, que está em relação dialética com a sociedade, sendo formada por processos sociais e remodeladas por relações sociais em uma ordem social negociada, múltipla, plástica e conjuntural. No entanto, “os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social” (ibid.: 228), e ao mesmo tempo, produzidos pela interação. As sociedades não podem ser naturalizadas; elas possuem uma história, e como tal, formam identidades particulares, pois esta história foi formada por pessoas com identidades específicas. A crítica dos autores aqui é ao conceito de “identidades coletivas”, comumente utilizado na academia até hoje. Os tipos de identidade analisados na obra são observáveis e verificáveis, não se esquecendo do contexto, da conjuntura, e da plasticidade.

Anselm Strauss, em seu “Espelhos e Máscaras” (1999) afirma que, para estudar a identidade, tem-se que atentar ao conceito de interação e, em sua análise, interessa mais a interação que ocorre entre as pessoas como membros de grupos; ele está interessado nas interações principalmente em ambientes institucionais. Precisamos conhecer tanto a identidade do *self* quanto a do outro em uma interação; há diferenças nas explicações públicas e nas explicações que damos a nós mesmos, pois a declaração verbal é somente parte integrante da atividade. Com relação aos grupos, do mesmo modo visto em Peter

Berger sobre a socialização secundária, grupos distintos têm perspectivas, características e vocabulários particulares.

A interação face a face é como o conceito de identidade: fluido, móvel e corrido; ela “se processa entre pessoas que, cada um por sua vez, desempenham um papel ou ocupam um status” (Strauss, 1999: 70); o autor sugere o modelo “papel-desempenho” para analisar as interações. Além disso, é importante ressaltar que a interação não é apenas resultado da interação entre duas pessoas, mas é uma série de transações carregadas de imagens complexas, e com debates cheios de gente. As respostas às interações podem ser involuntárias; não devemos analisar todas as falas como sendo intencionais; além disso, o desenvolvimento do envolvimento do “eu” com o “outro” é gradativa. A fantasia é um aspecto importante da interação; nos estudos de recepção midiáticos deve-se dar maior valor a ela; os devaneios e as fantasias também podem ser de vários tipos, com gradações distintas, entrando na interação face a face de modo mais institucionalizado, e menos direto. As interações são estruturadas convencionalmente, podendo ser “multiestruturadas”, mesmo sendo encontros fluidos; trata-se, ainda, de um processo interpessoal.

O status é outra categoria importante analisada por Strauss; há regras ligadas aos processos de comunicação que tornam possível um tipo de colocação de status; o contexto é imprescindível; existem regras para começar uma conversa e para terminar, por exemplo; os status são atribuídos a partir dos julgamentos conscientes e dos impulsos, que podem ser inconscientes, que acontecem durante as interações. Do mesmo modo, algumas transformações de identidade são planejadas ou estimuladas, muitas vezes por representantes institucionais, e outras ocorrem “fora da órbita da estrutura social”; as experiências, as identidades pessoais e as interpretações também podem ser padronizadas socialmente. A gradação na mudança é notória; às vezes a relação com o outro mudou drasticamente em um longo espaço de tempo, mas não percebemos.

A afiliação a um grupo implica em mudança ou passagem de status, que pode ser altamente institucionalizada, como uma seqüência ordenada; portanto, não se relaciona somente a mudanças de ação e de comportamento, mas a razões verbalizadas associadas a eles. Na passagem de status, alguns períodos de transição são necessários, podendo haver rituais para a adaptação do indivíduo dentro de uma instituição. Há também o treinamento, que conta com características como planejamento, desafio, julgamento, acusação, ousadia; e a própria natureza do treinamento pode acarretar mudanças imprevisíveis de identidade.

“O quadro institucional no qual se realiza o treinamento afeta de maneira vital o seu processo e resultado” (ibid.: 122). Há de se ressaltar, mais uma vez, a categoria-chave do tempo, pois todos os tipos de status têm uma dimensão temporal; ninguém mantém um status para sempre; há muitas mudanças de identidade durante a vida de um indivíduo.

Entretanto, como as identidades, que são fluidas e negociadas a todo o momento, podem ser mantidas por um tempo razoável? Nem uma “tranqüila progressão em status institucionalizados desde o berço até a sepultura” (ibid.: 143) garante uma identidade imutável. A consciência de uma mudança identitária significativa está ligada a uma questão simbólica, a uma produção de sentido; escolhemos conceitos e interpretações para usar em nossa própria vida. Neste sentido, para estudar organizações, é necessário reconhecer que há a construção e conquista de afiliações a grupos, e, neles escolhemos os membros compatíveis; há a “incompatibilidade de papéis” e o “insucesso em satisfazer as expectativas de papel” nas organizações, que são termos usados principalmente em seleções de admissão de uma empresa. Neste sentido, há a possibilidade de ocorrer um processo de “desidentificação”, com o embaralhar das concepções do “eu” e do mundo, com contradições entre as condições do ambiente e as estruturas individuais.

Com relação aos grupos, Erving Goffman (2005) entende que, em instituições totais como manicômios ou prisões, por exemplo, os agrupamentos tem a tendência a conceber os outros a partir de estereótipos hostis e limitados, com a mobilidade social entre eles sendo também limitada. O autor dá atenção ao estudo das instituições, sendo que todas têm tendências de fechamento; às mais fechadas, e onde o indivíduo executa várias tarefas no estabelecimento, o autor denomina “instituições totais”. Há alguns tipos de instituições totais: as criadas para cuidar de pessoas que, teoricamente, são incapazes e inofensivas; e também lugares como sanatórios, cadeias, quartéis, navios; há também estabelecimentos que servem como “refúgio do mundo”. Nas instituições totais, todos os aspectos da vida, ou quase, são realizados no mesmo local e sob o comando de uma única autoridade, sendo que algumas características são encontradas em outros estabelecimentos, como empresas e indústrias, onde há também restrição à transmissão de informações. Este tipo de instituição é incompatível com a família; trata-se de um híbrido social – parcialmente residencial, parcialmente organizacional-formal, e, neste sentido, são estufas para moldar pessoas, sendo que, quando esta retorna ao mundo exterior, pode “sofrer” de “desculturamento”, ou “destreinamento”.

Há mutilações do “eu” nas instituições totais; uma delas é a barreira entre o mundo



externo e o mundo vivido na instituição; os ritos de passagem, para serem “enquadrados” na cultura organizacional, podem também ser uma outra mutilação; “a perda de nosso nome é uma grande mutilação do eu”. (Goffman, 2005: 27). Há deformações identitárias no “estojo de identidade” que o indivíduo carrega; existem também mutilações diretas e permanentes do corpo. Um conceito utilizado pelo autor é o de circuito: “uma agência que cria uma resposta defensiva do internado e quem, depois, aceita essa resposta para seu ataque seguinte” (idem.: 40). Há controle social em todas as organizações, embora, nas instituições totais, este fator seja mais limitador e minucioso; logo, trata-se de uma “escola de boas maneiras”; não há como manter a autonomia do mundo da “sociedade civil”, perdendo-se, assim, a decisão pessoal; renuncia-se à própria vontade. Podemos incluir nestas mutilações do eu, ainda, as tensões psicológicas para o indivíduo, como a desilusão no mundo ou o sentimento de culpa. Deste modo, além de procurar compreender a cultura organizacional, é preciso conhecer a cultura do profissional, do internado, ou seja, de quem frequenta ou é obrigado a frequentar estas instituições.

Quando há o fracasso de um indivíduo em algum papel, ele pode se esconder por trás de objetos culturais, como a leitura, o cinema, a televisão e o rádio, ou até mesmo outras mercadorias como cigarros e bebidas, mas nas instituições totais estes não estão à sua disposição; uma questão que emerge é quando uma organização pode se tornar uma “quase-instituição total” com relação a estas mutilações provocadas nas identidades do *self*, se se pode encontrar esta quase-equivalência em algum outro lugar.

As cerimônias institucionais são importantes para a internalização da “cultura institucional” no indivíduo que ali se encontra; pode ser um jornal de divulgação interno ou ritos de passagem, ou mesmo rituais festivos, tratando-se de uma forma útil de expressar a cultura de uma instituição; além disso, as exibições institucionais são inescapáveis neste processo, pois podem dar a impressão aos indivíduos que fazem parte da instituição que estão ligados à melhor instituição do mundo; entretanto, uma análise funcionalista, de “coesão social”, para entender estes aspectos, não seria convincente.

Fazendo uma análise mais geral, as pessoas não estão “soltas” no mundo: elas participam de grupos, “submundos”, comunidades, classes; a negociação é um aspecto primordial na questão identitária, pois nenhum grupo compete ou coopera para todo o sempre; por isso, como já frisado, a questão temporal é tão importante, lembrando que, para os interacionistas, a identidade envolve o conjunto de interações e representações celebradas pelos indivíduos ao longo da vida, sendo mutável, negociável e conjuntural; a

noção de representação também nos serve, pois uma memória só existe como tal quando é socializada, e, portanto, representada. As identidades são plásticas e circunstanciais; temos várias “máscaras”, e atuamos o tempo todo. Passemos agora para a contribuição do interacionismo para os estudos no campo da Comunicação.

John Thompson analisa como o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa afetou os modos de interação social, introduzindo novos tipos de relacionamentos sociais, de representação, e gerando novas identidades, reorganizando e reconstituindo a interação;

novos meios técnicos tornam possíveis novas formas de interação social, modificam ou subvertem velhas formas de interação, criam novos focos e novas situações para a ação e interação, e, com isso, servem para reestruturar as relações sociais existentes e as instituições e organizações das quais elas fazem parte (Thompson, 1995: 296)

Não só o conteúdo interessa, mas a forma é muito importante quando se trata de meios de comunicação de massa, como já apontava o conservador canadense Marshall McLuhan. Além desta questão, os impactos dos meios nas interações envolvem algumas dimensões como a facilidade na interação através do espaço e do tempo, modificando maneiras de agir, para os outros e em resposta aos outros, também modificando os modos como os indivíduos agem e interagem no processo de recepção midiática.

Para Thompson (1998), há três tipos de interação: interação face a face, interação mediada e quase-interação mediada. As do primeiro tipo são interações de caráter dialógico, com indivíduos no mesmo tempo e espaço; as interações mediadas têm como exemplos cartas, conversas telefônicas, com indivíduos situados remotamente no espaço, no tempo, ou nos dois, lembrando que neste tipo de interação há certo estreitamento na possibilidade de deixas simbólicas que estão disponíveis aos indivíduos. A quase-interação mediada é a interação por excelência estabelecida pelos meios de comunicação de massa, implicando extensa disponibilidade de informações no tempo e no espaço, pois as formas simbólicas são produzidas para um sem-número de potenciais receptores, gerando um intercâmbio simbólico. Este tipo de interação se configura monologicamente, ou seja, o fluxo da comunicação é predominantemente em sentido único; a internet, portanto, não entraria neste quesito, mas a televisão, sim, e a quase-interação neste meio cria a chamada "experiência espaço-temporal descontínua". A quase-interação mediada

situação estruturada na qual alguns indivíduos se ocupam principalmente na produção de formas simbólicas para outros que não estão fisicamente presentes, enquanto estes se



ocupam em receber formas simbólicas produzidas por outros a quem eles não podem responder, mas com quem podem criar laços de amizade, afeto e lealdade. (Thompson, 1998: 80)

A aura das personalidades midiáticas é sustentada por esta distância com relação ao espectador e, ao mesmo tempo, intimidade; ocorre uma relação no mesmo tempo, muitas vezes, mas não no mesmo espaço. A fala de um candidato à presidência da República, por exemplo, como representação para outros distantes, como ação à distância, pode ser por destino receptor direto, comunicando à nação sobre suas propostas somente com um pano de fundo atrás e com sua figura, ou talvez com alguns membros da família ou outro pano de fundo para facilitar a "intimidade"; ou por destino receptor indireto, onde há uma interação face a face dentro da quase-interação mediada, podendo-se utilizar entrevistas com o candidato, conversas dentro de sua própria família, o que demonstra o caráter híbrido destas interações. "Os interlocutores dirigem suas perguntas e comentários uns aos outros, e (...), ao mesmo tempo, eles sabem que estão se dirigindo indiretamente a uma vasta gama de receptores ausentes" (idem: 95). A fala, embora dirigida para a interação face a face, tem, em seu fundo, a audiência ausente; novamente, o tema da intimidade é importante. Com o meio televisivo, tem-se a categoria de "eventos televisíveis", e boa parte das ações dentro da mídia têm como objetivo estes eventos televisíveis. Além da ação à distância, a interação pode se dar também através da atividade cotidiana mediada, onde, no destino receptor indireto, os indivíduos não tem tanta consciência de que estão falando para inúmeros representantes ausentes, como uma conferência internacional de um ministro transmitida em cadeia nacional; todavia, quando se fala em destino receptor direto, a orientação para o receptor é a principal característica da ação, como o seqüestro de um avião, pois os membros dos grupos sabem que o evento possui grandes chances de ter cobertura midiática ou um caso de um movimento estudantil, que pára de fazer somente assembléias para decidir algumas coisas e protestar internamente – evento “não-televisível” – e passa a queimar pneus na principal avenida da cidade, e a fazer passeatas a fim de parar o trânsito. Neste sentido, podemos perceber que os receptores e as fontes aprendem a “lidar” com a mídia, sabendo, de alguma forma, os critérios de noticiabilidade, e o que é um “evento televisível”; sabem a diferença entre enviar material para um canal televisivo de uma foto de seu cachorro de estimação e enviar uma foto de um incêndio que está ocorrendo perto de sua casa. Além da ação à distância e da atividade cotidiana mediada, que envolve também a atividade cotidiana simulada, há os eventos da mídia e a

ação ficcional, interações sobre as quais não discorreremos aqui.

O desenvolvimento dos meios técnicos implica também em mudanças nos modos como os indivíduos podem gerar sua auto-apresentação. Os aspectos do *self* que podem ser percebidos como impróprios para determinadas situações se encontram nas chamadas "regiões posteriores", nas palavras de Goffman (apud Thompson, 1995: 302); existem também as regiões anteriores, que são relacionadas às interações primárias. Por exemplo: um candidato a um cargo eletivo, ao ver que a imagem de "tecnocrata" e "eficiente" está sendo imprópria para a atual conjuntura política, deixa-a nas regiões posteriores, tentando passar uma imagem condizente com o cenário da época, seja a imagem de um "pai de família", ou de um "homem de coração enorme", por hipótese. O risco das entrevistas ao vivo é o do candidato poder parecer incompetente ou mal-informado, já que as perguntas de uma entrevista são "imprevisíveis", podendo o candidato expor muito do seu comportamento posterior e comprometendo a impressão que ele deseja cultivar.

Há três tipos de análises das formas simbólicas mediadas pelos meios de comunicação de massa: a produção, transmissão e difusão destas formas simbólicas (das notícias, das novelas...); a construção da mensagem; e a recepção e apropriação das mensagens. Muitas pessoas podem receber as mensagens dos meios de comunicação de massa, e recebê-las das mais variadas formas. "A quase-interação mediada não exige uma resposta contínua e ativa dos receptores" (idem: 305), acontecendo, geralmente, na ausência de uma retroalimentação direta. Há o mito do receptor passivo; não podemos enxergá-lo com a falácia do internalismo, e sim enxergar a recepção como uma apropriação cotidiana. Neste sentido, a "ação à distância" pode originar formas cooperativas de ação responsiva; por exemplo, uma vibrante cobertura midiática de alguma guerra, como a do Vietnã e as do Golfo, pode impactar no desenvolvimento de movimentos contra a guerra pelo mundo. As mensagens são produzidas<sup>2</sup> e recebidas por indivíduos e grupos em contextos sociais e históricos específicos – por exemplo, classe, etnia, gênero, idade, organizações, outros grupos, além do próprio momento vivido pelos indivíduos – empregando seus recursos para incorporar as mensagens à sua vida cotidiana; neste sentido, a recepção deve ser entendida como práticas situadas, onde se pode analisar as regras e convenções que organizam as práticas de recepção e, conseqüentemente, os

---

<sup>2</sup> As próprias reportagens que aparecem na televisão são frutos de uma visão de mundo, de um contexto e de uma ordem social negociada entre as fontes e os jornalistas, lembrando que a finalidade da reportagem é de ser transmitida, ou seja, as matérias "são editadas e integradas numa realização audiovisual que se diferencia em certos aspectos dos eventos como eles de fato aconteceram". (Thompson, 1998: 99).

padrões de interação, além das instituições onde ocorre a atividade. "As atividades de recepção são práticas sociais complexas que envolvem graus diferenciados de habilidades e atenção (...), e que se entrecruzam de maneiras complexas com outras atividades e interações que têm lugar na região de recepção primária" (ibid.: 310). A relação bem sucedida em uma quase-interação televisiva está ligada à capacidade do receptor de compreender e se ajustar às coordenadas espaço-temporais envolvidas na relação, e a televisão é o meio por excelência em utilizar deixas simbólicas para esta compreensão.

A região de recepção primária pode servir como um lugar de interação entre os indivíduos, com um engajamento em outra atividade, enquanto participam do processo de recepção; este tipo de recepção está localizado em um local físico particular. Tomando como exemplo a televisão, é determinante, por exemplo, o planejamento da sala ou do local onde está localizado o aparelho, enquanto fator espacial. Em relação aos aspectos temporais, é importante analisar os horários da programação, as preferências do receptor e a rotina dos indivíduos estudados, principalmente a relação entre estes três aspectos. Além disso, as relações de poder dentro de um espaço de recepção também devem ser analisadas, como as relações de poder entre pais e filhos, ou entre marido e mulher, ou entre grupos, que são determinantes para a escolha do que deve ou não deve ser visto na televisão – não se esquecendo que a recepção envolve um mundo real e um mundo imaginário, fabulativo. Pode haver também algumas intervenções do receptor na produção, e até formarem-se "grupos de pressão" na tentativa de influenciar os planos de programação; entretanto, estes canais, como "direito à resposta" são utilizados por poucos indivíduos. Para a grande maioria, a única maneira de intervenção na recepção é o ato de desligar o aparelho, mudar de canal ou continuar no mesmo, ou seja, o "poder do controle remoto", além de querer prestar mais atenção ou nenhuma em algum programa. O envolvimento de produtores e receptores, portanto, se funda em uma "quase-participação", pois nem produtores, nem receptores têm obrigação alguma de levar em consideração a visão ou a resposta do outro.

"As maneiras de receber as mensagens comunicativas são maneiras de agir; e dentro dos contextos da vida quotidiana, essas maneiras de agir podem ser significativas para as pessoas em questão" (ibid.: 406); o estudo destas maneiras de se receber as mensagens torna-se imprescindível para o crescimento desta área de pesquisa, tentando "tornar explícitas as convenções implicitamente usadas na decodificação das mensagens e examinar as atitudes que eles tomam diante destas mensagens". (ibid.: 406). A recepção inicial das mensagens nem sempre coincide com as apropriações que se fazem delas, pois a

ordem social é sempre negociada, contextual, assim como o sentido da mensagem; os receptores estão envolvidos em um contínuo processo de entendimento e re-entendimento dos seus respectivos "eus" e também da realidade social por eles construída, através destas mensagens que recebem, em um processo gradual. Outra questão interessante seria ver como se articulam as categorias mídia, controle e interação, já que há indivíduos-receptores com maiores oportunidades de usos midiáticos que outros, e analisar como a transformação social pode ser acelerada pela velocidade dos fluxos informacionais, ou como ações individuais podem se tornar preocupações coletivas através da mídia.

Os processos midiáticos descritos acima – como produção, difusão e recepção dos meios de comunicação – podem ser estudados a partir de uma análise sócio-histórica e de uma pesquisa etnográfica, conceito que John Thompson (1995: 393) renomeia como "interpretação da doxa". Podemos, através da primeira modalidade, analisando a produção e a difusão midiática, por exemplo, examinar os padrões de controle e de pose dentro das organizações midiáticas, o recrutamento do pessoal que trabalha na comunicação, as relações entre instituições de comunicação e os passos seguidos para a formação de uma rotina. Dentro do enfoque mais interpretativo sugerido pela interpretação da *doxa*, podemos entender o processo de produção de sentido, as maneiras como as pessoas entendem o que estão produzindo.

Quanto à recepção, a análise sócio-histórica nos ajudaria a entender os diferentes contextos e condições socialmente diferenciadas nos quais a mensagem da quase-interação mediada é recebida, as circunstâncias específicas desta recepção e as condições socialmente diferenciadas, se variam de acordo com classe, gênero, etnia, situação geográfica ou idade do receptor; além disso, ajudaria também a compreender a significância e a natureza da recepção naquele contexto, ou seja, o papel que esta atividade executa na vida dos receptores. Deste modo, o estudo "pode ajudar a realçar as regras e pressupostos que os receptores acrescentam às mensagens, e através dos quais eles entendem esses significados da maneira que fazem" (idem: 394). Além disso, as relações de poder implícitas nas interações podem ser inseridas neste estudo.

Somada a estas questões, há a questão de vivermos em um mundo cada vez mais fragmentado, em que há um distanciamento das grandes narrativas e das grandes teorias, e, com isso, não há lugar para paradigmas únicos. Norman Denzin (2006) confere ao cenário atual o sexto momento da pesquisa qualitativa; a etnografia, a observação e o estudo de caso são imprescindíveis, tanto no presente, quanto no futuro desta modalidade de

pesquisa. "O ponto central encontra-se no compromisso humanista do pesquisador qualitativo de estudar o mundo sempre a partir da perspectiva do indivíduo marcado pelo gênero, situado historicamente, em interação". (Denzin, 2006: 389)

Há, atualmente, a questão da autoridade no texto científico, a autor-ização; a Antropologia pós-moderna (Clifford, 2002), por exemplo, se preocupa com a questão da polifonia e de várias vozes falando no texto; incluir a alteridade, neste caso, se trata de transformá-las em co-autores das narrações; temos uma crise da vocalidade. O reconhecimento das relações de poder entre "pesquisador-pesquisado" é outro importante ponto destacado, além do retorno da narrativa como ato político, questionando "como o poder é exercido em relações humanas concretas, entendendo que o poder significa capacitação, o intercâmbio entre recursos materiais escassos". (Denzin, 2006: 394). Nosso momento é permeado por rupturas, tensões, confusões, crises de legitimação, autocrítica, crises de representação e textos experimentais; vários temas também aparecer num futuro sétimo momento da pesquisa, como o texto social, a voz e a presença do outro e o sagrado, o tecnológico e o humanístico. Os textos, agora, têm localizações específicas, representando um pouco de nós enquanto cientistas sociais, havendo uma diferença respeitosa pelas justiças sociais e à desigualdade aos mais diversos tipos de capitais, com a metodologia de pesquisa estando preocupada com a invenção e a narração de histórias. "O eu reflexivo é um eu libertado para escolher, para representar, para desempenhar novos papéis, novas relações. Os múltiplos eus convocados por uma ciência social mais complexa e comprometida demonstram uma riqueza que no momento extrapola nossa habilidade de compreender ou relatar" (ibidem: 402)

### Referências Bibliográficas

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (orgs.). *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

STRAUSS, Anselm L. *Espelhos e máscaras: a busca da identidade*. São Paulo: Edusp, 1999.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. *A Midia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.